

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Valores expressos em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Springs Global Participações S.A. (“Companhia”), que é domiciliada em Montes Claros - MG, foi constituída em 24 de novembro de 2005 e, em 24 de janeiro de 2006, recebeu, como contribuição de capital, 100% das ações da Coteminas S.A. (“CSA”) e da Springs Global US, Inc. (“SGUS”), empresas privadas sediadas no Brasil e nos Estados Unidos, respectivamente, e que tinham como acionistas a Companhia de Tecidos Norte de Minas – Coteminas (“CTNM”) e ex-acionistas da Springs Industries, Inc. (“SI”), respectivamente. Em 30 de abril de 2009, a Companhia adquiriu participação na empresa Springs e Rossini Participações S.A. (“SRPSA”), controladora da MMartan Têxtil Ltda (“MMartan”).

A partir de 27 de julho de 2007, as ações da Companhia passaram a ser negociadas no segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros sob o código de negociação “SGPS3”.

A Companhia controla a CSA e a SGUS, companhias que concentram suas atividades industriais na área de artigos de cama e banho, anteriormente desenvolvidas pela CTNM e pela SI. Essa associação criou um complexo operacional de produtos têxteis de cama e banho, com unidades de produção no Brasil, na Argentina e nos Estados Unidos.

A Companhia também conta com marcas líderes nos seus mercados, tais como MMartan, Casas Moysés, Artex, Santista, Paládio, Calfat, Garcia, Arco Íris, Magicolor, entre outras. A Companhia ocupa posição privilegiada, através de suas marcas e seus produtos, nas prateleiras dos mais exigentes e maiores varejistas do mundo.

Os produtos são comercializados nos Estados Unidos e Canadá pela Springs Global US, Inc. através de sua extensa rede de distribuição e proximidade comercial com os maiores varejistas daqueles mercados. No Brasil e na Argentina, os produtos são comercializados pela Coteminas S.A. e sua controlada Coteminas Argentina S.A.

Em abril de 2009, a Companhia iniciou as atividades de varejo de cama, mesa e banho, operando sob a marca MMartan e posteriormente, em outubro de 2011, com a marca Artex. As operações de varejo, com essas duas bandeiras são operadas pela controlada AMMO Varejo Ltda. (“AMMO”).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 22 de março de 2017.

A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras individuais (“Controladora”) e consolidadas (“Consolidado”), elaboradas, simultaneamente, de acordo com as Normas

Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (“IASB”), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2016. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem com as utilizadas pela administração da Companhia em sua gestão.

2.1 – Conversão de saldos em moeda estrangeira

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas usando-se a moeda funcional de cada entidade. A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas controladas a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido.

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

b) Conversão dos saldos

Os resultados e a posição financeira de todas as controladas incluídas no consolidado que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação são convertidos pela moeda de apresentação, conforme abaixo:

- i) os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras consolidadas;
- ii) as contas de resultado são convertidas pela taxa mensal do câmbio; e
- iii) todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica “Ajuste acumulado de conversão” e são apresentadas como outros resultados abrangentes na demonstração do resultado abrangente.

2.2 – Práticas contábeis

Os principais critérios adotados na elaboração das demonstrações financeiras são como segue:

(a) Apuração do resultado--O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros como receitas e despesas financeiras no

resultado. Os ganhos e perdas extraordinários e as transações e provisões que envolvem ativos permanentes são registradas em lucros e perdas como “Outras, líquidas”.

(b) Instrumentos financeiros não derivativos--Os instrumentos financeiros não derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis de curto e longo prazo, empréstimos e financiamentos, fornecedores, outras contas a pagar além de outros instrumentos de dívida e patrimônio. Os instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados a cada data de balanço, de acordo com a sua classificação, que é definida no reconhecimento inicial com base nos propósitos para os quais foram adquiridos ou emitidos.

Os instrumentos financeiros classificados no ativo se enquadram na categoria de “Empréstimos e recebíveis” e, juntamente com os passivos financeiros, após seu reconhecimento inicial pelo seu valor justo, são mensurados com base no custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

A Companhia não possui ativos financeiros não derivativos, classificados nas seguintes categorias: (i) mantidos para negociação; (ii) mantidos até o vencimento; e (iii) disponíveis para venda. Também não possui passivos financeiros não derivativos classificados na categoria “Valor justo por meio do resultado”.

(c) Instrumentos financeiros derivativos--Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, posteriormente, a variação de seu valor justo é registrada no resultado, exceto quando há designação do derivativo para hedge de fluxo de caixa, que deverá seguir o método de contabilização descrita para hedge de fluxo de caixa.

O instrumento financeiro derivativo é classificado como hedge de fluxo de caixa quando objetiva proteger a exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que sejam atribuíveis tanto a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido quanto a uma operação altamente provável de se realizar ou ao risco de taxa de câmbio de um compromisso firme não reconhecido.

No início da contratação de um derivativo destinado para hedge, a Companhia designa e documenta formalmente o item objeto de hedge, assim como o objetivo da política de risco e a estratégia da transação de hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de cobertura, o item ou transação a ser protegida, a natureza do risco a ser protegido e como a entidade vai avaliar a efetividade do instrumento de hedge na compensação da exposição a variações no valor justo do item coberto ou dos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto. O objetivo é que tais instrumentos de hedge sejam efetivos para compensar as alterações no valor justo ou fluxos de caixa e são avaliados em uma base contínua para determinar se eles realmente têm sido efetivos durante todo o período para os quais foram designados.

A parcela efetiva do ganho ou perda na variação do valor justo do instrumento de hedge é reconhecida diretamente no patrimônio líquido na rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial”, enquanto qualquer parcela inefetiva é imediatamente reconhecida como receita ou despesa financeira no resultado do exercício.

Os montantes classificados no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial são alocados ao resultado a cada período em que o item objeto do hedge afetar o resultado, retificando o valor da despesa objeto do hedge.

Se o compromisso firme não tiver mais expectativa de ocorrer, os montantes anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são alocados para o resultado. Se o instrumento de cobertura de hedge expira ou é vendido, finalizado ou exercido sem substituição ou rolagem, ou se a sua designação como um hedge é revogado, os montantes anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são alocados ao resultado.

(d) Caixa e equivalentes de caixa--Incluem saldos em caixa, depósitos bancários à vista, numerários em trânsito e as aplicações financeiras. Possuem vencimentos inferiores a 90 dias (ou sem prazos fixados para resgate) com liquidez imediata, e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

(e) Títulos e valores mobiliários--Representados por aplicações financeiras de liquidez imediata e com vencimento superior a 90 dias e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Os títulos e valores mobiliários são classificados como ativos financeiros não derivativos, mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

(f) Duplicatas a receber de clientes e provisão para devedores duvidosos--As duplicatas a receber de clientes são apresentadas líquidas da provisão para devedores duvidosos, a qual é constituída com base em análise dos riscos de realização dos créditos, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. As duplicatas a receber decorrente de vendas do varejo são ajustadas a valor presente com base nas taxas de juros de mercado ou nas taxas de juros da transação e as de curto prazo quando os efeitos são relevantes. As duplicatas a receber de clientes são classificadas como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado.

(g) Estoques--São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção que são inferiores aos valores de realização líquida e estão demonstrados líquidos da provisão para perdas com itens descontinuados e/ou obsoletos. Os valores de realização líquida são os preços estimados de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão de fabricação e despesas de vendas diretamente relacionadas.

(h) Imobilizado disponível para venda--Referem-se substancialmente a máquinas e equipamentos fora de uso. São mensurados pelo seu valor justo menos despesas de vendas, quando este for menor do que os valores residuais contábeis.

(i) Investimentos--Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base em balanço patrimonial levantado pelas respectivas controladas na mesma data-base da controladora. O valor do patrimônio líquido de controladas sediadas no exterior é convertido para Reais com base na taxa corrente de sua moeda funcional e a variação cambial apurada é registrada na conta de "Ajuste

acumulado de conversão” no patrimônio líquido e também apresentado como outros resultados abrangentes.

(j) Combinação de negócios--O custo da entidade adquirida é alocado aos ativos adquiridos e passivos assumidos, baseado nos seus valores justos estimados na data de aquisição. Qualquer diferença, entre o custo da entidade adquirida e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, é registrada como ágio.

(k) Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos--São reconhecidos como despesas quando incorridos.

(l) Arrendamento mercantil--Os arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa linearmente durante o prazo do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa do padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os aluguéis contingentes, tanto para os arrendamentos financeiros como para os operacionais, são reconhecidos no resultado quando incorridos. A controlada SGUS constitui provisão para custos de arrendamento não recuperáveis, que consiste na estimativa do valor presente das obrigações futuras de arrendamento mercantil (cujos contratos continuaram vigentes após o fechamento de unidades arrendadas), líquido dos subarrendamentos já contratados e de uma receita estimada de subarrendamento das demais unidades fechadas que ainda não foram subarrendadas.

(m) Imobilizado--Registrado pelo custo de aquisição ou construção. As depreciações são computadas pelo método linear com base nas taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e reparos são lançados para resultado quando incorridos.

A vida útil estimada dos itens do imobilizado é conforme segue:

	Vida útil
Edifícios	40 anos
Instalações	15 anos
Equipamentos	15 anos
UHE Porto Estrela	35 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Computadores e periféricos	5 anos

O valor residual e a vida útil dos ativos são avaliados pela Administração da Companhia pelo menos ao final de cada exercício.

(n) Intangível--Refere-se a marcas adquiridas, pontos comerciais e ágios decorrentes da aquisição de empresas. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente durante o período de vida útil estimado. Os ativos intangíveis cuja vida útil não se pode determinar são avaliados pelo seu valor recuperável anualmente ou na ocorrência de fato que justifique sua avaliação.

(o) Avaliação do valor recuperável dos ativos--Os bens do imobilizado, os intangíveis e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente ou sempre que as circunstâncias indicarem que o valor contábil talvez não seja recuperável. Na ocorrência de uma perda decorrente desta avaliação a mesma será reconhecida ao resultado do exercício. As perdas com o ativo imobilizado reconhecidas em outros exercícios poderão ser revertidas sempre que houver uma avaliação ou evidência confiável de que o valor do ativo tenha se recuperado. A reversão é reconhecida no resultado do exercício e não ultrapassa o valor reconhecido anteriormente como provável perda.

(p) Imposto de renda e contribuição social--A provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de aproximadamente 34% sobre o resultado tributável e registrada líquida da parcela relativa à redução do imposto de renda. O saldo da provisão no passivo é demonstrado líquido das antecipações efetuadas no exercício, se aplicável. Para as controladas sediadas no exterior, a alíquota de imposto varia de 35% a 38%, de acordo com a legislação vigente em cada país.

(q) Imposto de renda e contribuição social diferidos--São registrados imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os saldos do prejuízo fiscal e das diferenças temporárias decorrentes de provisões registradas contabilmente, que, de acordo com as regras fiscais existentes, serão dedutíveis ou tributáveis somente quando realizadas. Somente é reconhecido um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos quando há expectativa de lucro tributável futuro.

(r) Provisões diversas--São constituídas em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas. Os depósitos judiciais relativos às provisões estão apresentados no ativo não circulante.

(s) Planos de aposentadoria complementar--Os custos associados aos planos são reconhecidos pelo regime de competência com base em cálculos atuariais. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no resultado quando incorridos.

(t) Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação--O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação para presumir a conversão de ações potenciais a serem emitidas. A Companhia não apurou potencial de emissão de novas ações e, portanto, de diluição do lucro (prejuízo) por ação.

(u) Atualizações monetárias e cambiais--Os ativos e passivos sujeitos a atualizações monetárias ou cambiais estão atualizados monetariamente até a data do balanço, de acordo com as taxas publicadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN ou pelos índices contratualmente estipulados. Os ganhos e as perdas cambiais e as variações monetárias são reconhecidos no resultado do exercício, exceto pelos ganhos e perdas cambiais sobre os investimentos em subsidiária no exterior, os quais são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica "Ajuste acumulado de conversão".

(v) Reconhecimento de receita--A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações incondicionais concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes

condições forem satisfeitas: (i) a Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos; (ii) a Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos; (iii) o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; (iv) é provável que os benefícios econômicos associados à transação fluam para a Companhia; e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

(w) Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)--Essas demonstrações tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício. São apresentadas pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as normas das IFRS. As DVAs foram preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras.

(x) Acionista controlador e não controlador--Nas demonstrações financeiras, “acionista controlador” representa todos os acionistas da Companhia e “não-controlador” representa a participação dos acionistas minoritários das controladas da Companhia.

2.3 – Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à seleção da vida útil do ativo imobilizado, estimativa do valor de recuperação de ativos de vida longa, provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas, determinações de provisões para imposto de renda, determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares, estimativas referentes a seleção da taxa de juros, retorno esperado dos ativos e escolha da tabela de mortalidade e expectativa de aumento dos salários aplicados aos cálculos atuariais. O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

2.4 – Critérios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da controladora e de suas controladas CSA, AMMO e SGUS, das quais possui direta e indiretamente 100% do capital social.

A controlada CSA, controladora da Coteminas Argentina S.A. e da LAT Capital Ltd. das quais possui 100% do capital social, foi incluída no processo de consolidação a partir de suas demonstrações financeiras já consolidadas.

A controlada SGUS, controladora de: (i) Warbird Corporation (Delaware, EUA); (ii) Springs Home Textiles Reynosa, S.A. de C.V. (México); (iii) Casa Springs S.A. de C.V. (México); (iv) Springmaid International, Inc. (Índia); (v) Sabre US, Inc. (Delaware, EUA), todas com 100% de participação, e (vi) Springs Canada Holdings, LLC (Delaware, EUA); (vii) Springs Canada, Inc. (Ontário, Canadá); (viii) Springs Brands, LLC (Delaware, EUA); (ix) Springs Cayman Holding Ltd. (Ilhas Caiman); (x)

Springs Shanghai Trading Co., Ltd. (China) todas com participação de 93,8%, foi incluída no processo de consolidação a partir de suas demonstrações financeiras já consolidadas.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo suas respectivas naturezas, complementado com a eliminação dos investimentos nas empresas controladas, dos lucros ou prejuízos não realizados e dos saldos das contas entre as empresas incluídas na consolidação.

O efeito da variação cambial sobre os investimentos no exterior está destacado na demonstração das mutações do patrimônio líquido na rubrica “Ajuste acumulado de conversão”. As práticas contábeis das controladas sediadas no exterior foram ajustadas para as mesmas práticas contábeis da controladora. Foi destacada, do patrimônio líquido e do resultado, a participação dos acionistas não-controladores.

As demonstrações financeiras das empresas controladas sediadas no exterior foram convertidas para Reais, com base na taxa corrente do Dólar vigente em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, para as contas do balanço patrimonial e pela taxa média mensal para as contas de resultado conforme segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>Variação</u>
Taxa fechamento:			
31 de dezembro	3,2591	3,9048	-16,5%
Taxa média:			
31 de dezembro (12 meses)	3,4500	3,3876	1,8%

2.5 – Novas IFRS, revisões das IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação das Normas Internacionais de Relatório Financeiro do IASB).

a) Alguns novos pronunciamentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção obrigatória para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016. Esses novos pronunciamentos não geraram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras.

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>
Agricultura: Ativos Biológicos de Produção – Alterações às normas IAS 16 e 41 (emitidas em 30 de junho de 2014) (*)	Alterações nas orientações para contabilização dos ativos biológicos de produção (bearer) que passam a ser incluídos no escopo da norma IAS 16 ao invés da norma IAS 41, em função da determinação pelo IASB de que “eles devem ser contabilizados da mesma forma que o imobilizado”.
Alterações às normas IAS 16 e 38 – esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis para depreciação e amortização (emitidas em 12 de maio de 2014) (*)	As alterações esclarecem que a determinação da depreciação e amortização com base nas receitas geradas pelas atividades que incluem o uso dos ativos não é apropriada, exceto em circunstâncias limitadas para os ativos intangíveis.
Alterações à norma IFRS 11 – Contabilização de aquisições de participações em operações em conjunto (emitidas em 6 de maio de 2014) (*)	As alterações estabelecem que os princípios relevantes da norma IFRS 3 devem ser aplicados para a contabilização de aquisição de participações em operações em conjunto que constituem-se em um negócio.

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>
IFRS 14 – Ativos e Passivos Regulatórios (emitida em 30 de janeiro de 2014) (*)	A norma permite que as entidades que adotarem as IFRSs pela primeira vez continuem a reconhecer os ativos e passivos regulatórios de acordo com as práticas contábeis anteriores à adoção, tanto na adoção inicial quanto em exercícios subsequentes.
Melhorias anuais às IFRSs: Ciclo 2012-2014 (*)	Alterações em diversas normas.
Venda ou Contribuição de Ativos entre Investidor e Coligada ou Empreendimento Controlado em Conjunto — alterações à IFRS 10 e à IAS 28 (emitidas em 11 de setembro de 2014) (*)	Alterações às normas IAS 28 e IFRS 10 para resolver uma inconsistência entre as orientações da IFRS 10 e da IAS 28 sobre a “venda ou contribuição de ativos entre investidor e coligada ou empreendimento controlado em conjunto”. De acordo com as alterações, uma entidade deve reconhecer um ganho ou uma perda integralmente “quando uma transação envolver um negócio” e parcialmente “quando uma transação envolver um ativo que não constitua um negócio”.
Entidades de Investimento: Aplicando a Exceção à Consolidação – alterações às normas IFRS 10, 12 e IAS 28 (emitidas em 18 de dezembro de 2014) (*)	Alterações às normas IFRS 10, 12 e IAS 28 para confirmar que (1) a dispensa de apresentar demonstrações contábeis intermediárias consolidadas está disponível para controladas de entidades de investimento mesmo quando a entidade de investimento mensura todas as suas controladas ao valor justo; (2) as controladas que prestam serviços relacionados às atividades de investimento da controladora não devem ser consolidadas se a controlada for também uma entidade de investimento; (3) coligadas e empreendimentos controlados em conjunto contabilizados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis intermediárias de investidora que não seja entidade de investimento poderão manter a mensuração ao valor justo em suas controladas quando qualificarem-se como entidades de investimento; e (4) entidades de investimento que mensuram suas investidas ao valor justo deve divulgar as informações requeridas pela norma IFRS 12.

b) Alguns novos pronunciamentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção obrigatória para os períodos iniciados após 31 de dezembro de 2016. Todavia, não foi permitida a adoção antecipada dessas normas, interpretações e alterações de normas:

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (emitida em 24 de julho de 2014) (*)	IFRS 9 (2014) foi emitido de forma completa, incluindo os requerimentos anteriormente emitidos e alterações adicionais, que introduzem um novo modelo esperado de perdas com valor recuperável e mudanças limitadas nos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros. Com as referidas alterações, o IASB concluiu o projeto para instrumentos financeiros.	Aplicável a exercícios ou exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2018.

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes (emitida em 28 de maio de 2014) (*)	A norma determina um único modelo abrangente para reconhecimento de receitas resultantes de contratos com clientes e substitui as orientações anteriores. A norma determina como e quando as entidades reconhecerão as receitas, através de um modelo simplificado baseado em cinco passos a ser aplicado a todos os contratos com clientes, e requer divulgações mais informativas e relevantes aos usuários das demonstrações contábeis intermediárias.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2018.
Data efetiva das alterações às normas IFRS 10 e IAS 28 (emitida em 17 de dezembro de 2015) (*)	A adoção inicial obrigatória referente às alterações das normas IFRS 10 e IAS 28 relacionadas com a determinação do ganho ou da perda com transações com empreendimentos controlados em conjunto ou com coligadas foi postergada pelo IASB por prazo indeterminado.	Adoção obrigatória foi postergada pelo IASB por prazo indeterminado.
Alterações à IAS 40 — Transferências de Propriedade para Investimento	Altera o parágrafo 57 para clarificar que a Entidade deve transferir uma propriedade de, ou para, propriedade para investimento apenas se tiver evidência de uma mudança no uso. A mudança no uso ocorre se a propriedade atende, ou deixa de atingir, os critérios para classificação como propriedade para investimento. Uma mudança nas intenções da administração para o uso da propriedade não constitui sozinha evidência de mudança no uso.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2018.
IFRS 16 – Arrendamentos (*)	A norma introduz um modelo único para contabilização de contratos de arrendamento mercantil, eliminando a distinção entre arrendamentos operacionais e financeiros, resultando na contabilização da maioria dos contratos de arrendamento nos balanços das arrendatárias. A contabilidade dos arrendadores permanece substancialmente inalterada e a distinção entre contratos de arrendamento operacional e financeiro é mantida. A norma IFRS 16 substitui a norma IAS 17 e suas interpretações.	Aplicáveis a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida quando a norma IFRS 15 for adotada.

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
Iniciativa de divulgação (alterações à norma IAS 1) (*)	<p>As entidades deverão divulgar as seguintes mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento (na extensão necessária): (i) mudanças de fluxos de caixa de financiamento; (ii) mudanças decorrentes da aquisição ou perda de controle de controladas ou outros negócios; (iii) efeito das mudanças nas taxas de câmbio; (iv) mudanças nos valores justos; e (v) outras mudanças.</p> <p>O IASB define os passivos decorrentes de atividades de financiamento como passivos "cujos fluxos de caixa foram ou serão classificados na demonstração dos fluxos de caixa como atividades de financiamento". O IASB destaca que os novos requerimentos de divulgação estão também relacionados com mudanças nos ativos financeiros quem atendem à mesma definição. As alterações dispõem que uma forma de cumprir a nova exigência é através de uma reconciliação entre os saldos iniciais e finais dos referidos passivos resultantes de atividades de financiamento. As variações dos passivos decorrentes de atividades de financiamento devem ser divulgadas separadamente das mudanças de outros ativos e passivos.</p>	Aplicáveis a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2017.
Alterações à IAS 12 — Reconhecimento dos impostos diferidos ativos para perdas não realizadas (*)	<p>As alterações esclarecem que as perdas não realizadas sobre instrumentos de dívida mensurados ao valor justo e que são mensurados ao custo para fins fiscais dão origem a uma diferença temporária dedutível independentemente do titular do instrumento de dívida recuperar o valor contábil do instrumento de dívida pela venda ou utilização. O valor contábil de um ativo não limita a estimativa de lucros tributáveis futuros prováveis.</p> <p>As estimativas para os lucros tributáveis futuros excluem as deduções fiscais resultantes da reversão de diferenças temporárias dedutíveis. Uma entidade avalia um imposto diferido ativo em combinação com outros impostos diferidos ativos. Sempre que a legislação fiscal limitar a utilização de prejuízos fiscais, uma entidade deveria avaliar um imposto diferido ativo em combinação com outros impostos diferidos ativos de mesma natureza.</p>	Aplicáveis a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2017.
Melhorias anuais às IFRSs: Ciclo 2014-2016	Alterações em diversas normas.	Aplicáveis a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2017.

(*) O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correspondentes às IFRS novas e revisadas e às IFRICs. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Operações compromissadas (*)	-	-	44.641	41.461
Cambiais no exterior (US\$)	-	-	499	162
Depósitos no exterior	-	-	112.121	91.391
Depósitos em contas correntes	268	128	3.099	16.911
	-----	-----	-----	-----
	268	128	160.360	149.925
	=====	=====	=====	=====

(*) Os rendimentos das aplicações financeiras variam de 90% a 100% das taxas que remuneram os Certificados de Depósitos Bancários – CDI.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado	
	2016	2015
Renda fixa no exterior	6.806	-
Fundos de investimentos no exterior	10.803	-
Depósitos vinculados (US\$) (2)	62.057	-
Depósito restrito (1)	599	2.000
	-----	-----
	80.265	2.000
Circulante	(18.208)	(2.000)
	-----	-----
Não circulante	62.057	-
	=====	=====

(1) Em 31 de dezembro de 2016, a controlada SGUS possuía depósitos restritos em instituições financeiras no valor total US\$184 mil (US\$512 mil em 31 de dezembro de 2015) na condição de “Compensating balance arrangement”.

(2) Refere-se a depósito mantido no exterior, vinculado ao empréstimo tomado junto ao Santander S.A. O rendimento é de 1,3% a.a. e o prazo para resgate coincide com os prazos do referido empréstimo.

5. DUPLICATAS A RECEBER

	Consolidado	
	2016	2015
Cientes no mercado interno	374.667	368.214
Cientes no mercado externo	124.647	153.097
Operadoras de cartão de crédito	8.120	4.119
Partes relacionadas – mercado interno	4.561	5.430
Partes relacionadas – mercado externo	2.331	3.930
	-----	-----
	514.326	534.790
Provisão para devedores duvidosos	(21.118)	(25.964)
	-----	-----
	493.208	508.826
	=====	=====

As duplicatas a receber de clientes são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de recebimento é de aproximadamente 67 dias (72 dias em 31 de dezembro de 2015). Os valores vencidos não são significativos e o saldo da provisão para devedores duvidosos é considerado pela Administração suficiente para cobrir as perdas esperadas com esses títulos.

A Administração da Companhia considera que o risco relativo às duplicatas a receber de clientes é minimizado pelo fato da composição da carteira de clientes da companhia ser diluída. A Companhia possui mais de 10.000 clientes ativos em 31 de dezembro de 2016 e apenas um cliente concentra vendas de aproximadamente 10% das vendas líquidas.

A composição das duplicatas a receber consolidada por idade de vencimento é como segue:

	2016	2015
A vencer	427.701	451.069
Vencidas até 30 dias	23.353	22.004
Vencidas de 31 a 60 dias	5.475	13.281
Vencidas de 61 a 90 dias	3.929	1.392
Vencidas de 91 a 180 dias	10.455	3.660
Vencidas de 181 a 360 dias	4.550	5.578
Vencidas acima de 360 dias	38.863	37.806
	-----	-----
	514.326	534.790
	=====	=====

A movimentação da provisão para devedores duvidosos consolidada é como segue:

	2016	2015
Saldo no início do exercício	(25.964)	(24.081)
Adições	(2.914)	(1.421)
Baixas	6.953	248
Variação cambial	807	(710)
	-----	-----
Saldo no final do exercício	(21.118)	(25.964)
	=====	=====

6. ESTOQUES

	Consolidado	
	2016	2015
Matéria-prima e secundários	130.041	170.792
Produtos em elaboração	153.015	161.489
Produtos acabados	232.741	274.546
Peças de reposição	44.438	51.165
	-----	-----
	560.235	657.992
	=====	=====

Os estoques estão demonstrados líquidos dos saldos das provisões para perdas que, na avaliação da Administração, são consideradas suficientes para cobrir perdas na realização com estoques descontinuados e/ou obsoletos.

A movimentação da provisão é como segue:

	2015	Adições	Baixas	Variação cambial	2016
Matéria-prima e secundários	(1.313)	-	67	-	(1.246)
Produtos acabados	(10.243)	(2.783)	1.967	1.865	(9.194)
Peças de reposição	(1.465)	(1.548)	-	19	(2.994)
	-----	-----	-----	-----	-----
	(13.021)	(4.331)	2.034	1.884	(13.434)
	=====	=====	=====	=====	=====

	2014	Adições	Baixas	Variação cambial	2015
Matéria-prima e secundários	(1.313)	-	-	-	(1.313)
Produtos acabados	(1.101)	(8.671)	229	(700)	(10.243)
Peças de reposição	(1.099)	(336)	-	(30)	(1.465)
	-----	-----	-----	-----	-----
	(3.513)	(9.007)	229	(730)	(13.021)
	=====	=====	=====	=====	=====

7. VALORES A RECEBER DE CLIENTES

	Consolidado	
	2016	2015
Cientes em recuperação extra judicial (a)	21.545	-
Financiamento no repasse de lojas (b)	9.084	-
	-----	-----
	30.629	-
Circulante (Outros créditos a receber)	(6.341)	-
	-----	-----
Não circulante	24.288	-
	=====	=====

(a) Os valores de clientes em recuperação extra judicial foram negociados para pagamento em 84 parcelas mensais iguais com incidência de taxa equivalente a 80% do índice dos certificados de depósitos interbancários – CDI, com início de pagamento em janeiro de 2017.

(b) Financiamento de repasses de lojas para franqueados, para pagamento em parcelas mensais iguais atualizadas pela variação do índice geral de preços do mercado – IGP-M.

8. VALORES A RECEBER – VENDA DE IMOBILIZADO

Em maio de 2015, a Controlada CSA vendeu imóvel localizado na cidade de Montes Claros – MG, à prefeitura daquela cidade, pelo valor de R\$48.000 à prazo, a ser recebido em 12 parcelas de R\$1.000 cada, mais 24 parcelas de R\$1.500 cada, corrigidas pelo IGP-M desde a assinatura do contrato e com carência de 12 meses para o início dos pagamentos. Tal contrato, em que da matrícula de transferência do imóvel consta cláusula pró-solvendo, foi firmado com o Poder Executivo Municipal após autorização expressa do Poder Legislativo daquele Município. O Poder Executivo entrou na posse do imóvel e iniciou as obras de “retrofit”. A Controlada CSA possui garantia sobre as parcelas a receber, por vínculo das receitas e quotas do Fundo de Participação do Município – FPM.

Em janeiro de 2017, o Poder Executivo do município de Montes Claros, recém empossado, constituiu grupo de trabalho para reavaliar os benefícios econômicos e qualitativos do projeto, para juntos estabelecermos uma nova condição de pagamento do contrato, à luz da atual situação financeira do município.

Em 31 de dezembro de 2016, haviam 8 parcelas vencidas. A administração da Companhia classificou a totalidade do recebível como ativo não circulante, tendo como pressuposto a atual situação financeira do Município e também a possibilidade do alongamento dos vencimentos do referido crédito. A administração da Companhia, baseada no parecer de seus advogados e em recente atualização do valor de mercado do imóvel, concluiu que atualmente não há expectativas de perdas com esse recebível, seja pela modificação das condições de pagamento ou pela retomada do imóvel.

9. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

a) Investimentos diretos:

Controladas	Patrimônio líquido	Participação - %	Resultado do exercício	Total do investimento		Resultado de equivalência patrimonial (Controladora)	
				2016	2015	2016	2015
SGUS (1)	55.208	100,0	121.706	55.208	-	121.706	25.200
CSA	951.881	100,0	(65.597)	951.881	1.050.222	(65.597)	37.334
AMMO (2)	46.487	100,0	(50.749)	46.487	97.237	(50.749)	(34.392)
				1.053.576	1.147.459	5.360	28.142
				=====	=====	=====	=====

(1) O patrimônio líquido da controlada SGUS, em 31 de dezembro de 2015, apresentava saldo credor de R\$61.360 e está apresentado como “Obrigações de controladas” no passivo não circulante.

(2) Em 31 de agosto de 2014, a CSA efetuou aporte de capital no valor de R\$47.153, utilizando-se de parte dos créditos em aberto com a AMMO Varejo Ltda. (“AMMO”) naquela data, passando a deter 29,33% de seu capital social. Em 31 de outubro de 2015, a Companhia adquiriu a totalidade dessas ações, passando a deter 100% do capital social dessa controlada.

b) Investimentos indiretos:

Investimentos da SGUS

	Patrimônio líquido	Participação-%	Total do investimento		Resultado de equivalência patrimonial	
			2016	2015	2016	2015
Warbird Corporation (Delaware, EUA)	(15)	100,0	(15)	(14)	(3)	(78)
Springs Home Textiles Reynosa, S.A. de C.V. (México) (1)	1.800	100,0	1.800	2.167	(9)	59
Casa Springs S.A. de C.V. (México) (1)	1.437	100,0	1.437	1.859	(16)	(23)
Charles D. Owen Mfg. Co. (Delaware, EUA) (4)	-	100,0	-	(1.007)	-	12
Springmaid International, Inc. (Índia)	127	100,0	127	207	(45)	-
Springs International Services Inc. (Carolina do Sul, EUA) (4)	-	100,0	-	(1.108)	-	-
Sabre US, Inc. (Delaware, EUA) (6)	-	100,0	-	34.872	(438)	(2.186)
Espacio LLC (Delaware, EUA) (4)	-	100,0	-	(894)	-	-
Springs Canada Holdings, LLC (Delaware, EUA) (5)	74.709	93,8	70.039	34.167	-	-
Springs Canada, Inc. (Ontário, Canadá) (2)	43.633	93,8	40.906	38.570	5.483	472
Springs Brands, LLC (Delaware, EUA) (2)	(4.874)	93,8	(4.570)	(3.052)	(1.840)	585
Springs Cayman Holding Ltd. (Ilhas Caiman) (2)	3.616	93,8	3.390	3.809	(16)	(12)
Springs Shanghai Trading Co., Ltd. (China) (3)	(256)	93,8	(240)	(214)	58	(13)

(1) Companhias subsidiárias integrais de Warbird Corporation (Delaware, EUA).

(2) Companhias subsidiárias integrais de Springs Canada Holdings, LLC (Delaware, EUA).

(3) Companhia subsidiária integral de Springs Cayman Holding Ltd. (Ilhas Caiman).

(4) Essas companhias foram incorporadas pela Springs Global US, Inc. em março 2016.

(5) Nos meses de janeiro, abril, julho e outubro de 2016, a controlada SGUS comprou ações do acionista minoritário da Springs Canada Holdings, aumentando a sua participação de 87,5% para 93,8%. As transações foram aprovadas por unanimidade pelo conselho de administração da Springs Canada Holdings.

(6) Essa companhia foi dissolvida pela Springs Global US, Inc. em junho 2016.

Investimentos da CSA

	Patrimônio líquido	Participação - %	Resultado do exercício	Total dos investimentos		Resultado de equivalência patrimonial	
				2016	2015	2016	2015
Controladas -							
Coteminas Argentina S.A.	67.757	100,00	(3.450)	67.757	104.016	(3.450)	33.041
LAT Capital Ltd. (1)	(731)	100,00	(796)	-	-	(796)	-
				-----	-----	-----	-----
				67.757	104.016	(4.246)	33.041
				=====	=====	-----	-----
Coligada -							
AMMO Varejo Ltda.	-	-	-	-	-	-	(10.163)
				=====	=====	-----	-----
Total						(4.246)	22.878
						=====	=====

(1) A LAT Capital Ltd. ("LAT") é controlada da CSA e possui sede em Nassau, Bahamas.

10. IMOBILIZADO E IMOBILIZADO DISPONÍVEL PARA VENDA

a. Imobilizado

	Taxa (*) %	Consolidado			
		2016			2015
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e benfeitorias	4,6	36.333	(9.130)	27.203	36.967
Edifícios	2,4	424.331	(183.804)	240.527	249.388
Instalações	5,2	228.648	(153.103)	75.545	84.037
Máquinas e equipamentos	5,4	1.118.476	(816.934)	301.542	306.677
UHE - Porto Estrela (**)	3,8	37.584	(15.156)	22.428	23.830
Móveis e utensílios	9,6	44.315	(31.355)	12.960	16.834
Veículos	18,3	16.690	(14.899)	1.791	2.353
Computadores e periféricos	14,4	56.409	(52.543)	3.866	3.978
Obras em andamento	-	56.392	-	56.392	52.289
Outros	10,0	142.605	(135.593)	7.012	8.540
		-----	-----	-----	-----
		2.161.783	(1.412.517)	749.266	784.893
		=====	=====	=====	=====

(*) Taxa média ponderada anual de depreciação.

(**) Vide nota explicativa nº 15 às demonstrações financeiras.

Tendo em vista sua rentabilidade operacional e geração de caixa, a Companhia e suas controladas não encontraram indícios de deterioração ou de não recuperação dos saldos mantidos como imobilizado, exceto pelo descrito na nota explicativa nº 27.

A movimentação dos saldos de ativos imobilizados consolidados é conforme segue:

Custo:

	2015	Adições	Baixas	Transferências entre contas e para o disponível para vendas	Provisão para perdas com ativos (*)	Variação cambial	2016
Terrenos e benfeitorias	60.245	1.080	(6.083)	4.904	(21.963)	(1.850)	36.333
Edifícios	430.430	4.533	-	(3.158)	-	(7.474)	424.331
Instalações	229.754	457	(249)	2.042	(785)	(2.571)	228.648
Máquinas e equipamentos	1.126.284	12.743	(1.674)	4.712	(49)	(23.540)	1.118.476
UHE - Porto Estrela	37.552	32	-	-	-	-	37.584
Móveis e utensílios	49.651	1.325	(1.120)	623	(4.077)	(2.087)	44.315
Veículos	17.687	289	(217)	5	-	(1.074)	16.690
Computadores e periféricos	62.873	1.464	(484)	471	(354)	(7.561)	56.409
Obras em andamento	52.289	41.633	(1.659)	(35.465)	-	(406)	56.392
Outros	168.576	2	(294)	-	-	(25.679)	142.605
	2.235.341	63.558	(11.780)	(25.866)	(27.228)	(72.242)	2.161.783
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

Depreciação acumulada:

	2015	Adições	Baixas	Transferências entre contas e para o disponível para vendas	Provisão para perdas com ativos (*)	Variação cambial	2016
Terrenos e benfeitorias	(23.278)	(5.985)	3.755	(760)	17.090	48	(9.130)
Edifícios	(181.042)	(9.518)	-	760	-	5.996	(183.804)
Instalações	(145.717)	(8.845)	200	(84)	380	963	(153.103)
Máquinas e equipamentos	(819.607)	(43.997)	1.316	25.748	20	19.586	(816.934)
UHE - Porto Estrela	(13.722)	(1.434)	-	-	-	-	(15.156)
Móveis e utensílios	(32.817)	(2.871)	722	(11)	1.809	1.813	(31.355)
Veículos	(15.334)	(787)	215	-	-	1.007	(14.899)
Computadores e periféricos	(58.895)	(1.822)	468	(5)	296	7.415	(52.543)
Outros	(160.036)	(1.336)	114	-	-	25.665	(135.593)
	(1.450.448)	(76.595)	6.790	25.648	19.595	62.493	(1.412.517)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

(*) vide nota explicativa nº 27.

Custo:

	2014	Adições	Baixas	Transferências de/para o disponível para venda	Transferências	Variação cambial	2015
Terrenos e benfeitorias	69.228	3.588	(12.828)	-	-	257	60.245
Edifícios	420.969	5	(11.442)	-	10.142	10.756	430.430
Instalações	233.539	2.587	(8.527)	(2)	2.755	(598)	229.754
Máquinas e equipamentos	1.094.065	10.236	(15.638)	(666)	9.053	29.234	1.126.284
UHE - Porto Estrela	37.534	18	-	-	-	-	37.552
Móveis e utensílios	45.742	1.349	(2.204)	(1)	1.178	3.587	49.651
Veículos	15.456	679	(541)	69	55	1.969	17.687
Computadores e periféricos	49.286	1.405	(826)	(1.222)	307	13.923	62.873
Obras em andamento	55.630	22.307	(2.419)	-	(23.513)	284	52.289
Outros	119.022	5	(6)	(67)	23	49.599	168.576
	2.140.471	42.179	(54.431)	(1.889)	-	109.011	2.235.341
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

Depreciação acumulada:

	2014	Adições	Baixas	Transferências de/para o disponível para venda	Transferências	Variação cambial	2015
Terrenos e benfeitorias	(22.395)	(7.520)	6.724	-	-	(87)	(23.278)
Edifícios	(163.516)	(9.985)	3.220	-	-	(10.761)	(181.042)
Instalações	(139.050)	(9.501)	2.998	-	(385)	221	(145.717)
Máquinas e equipamentos	(760.954)	(41.815)	11.827	(1.119)	27	(27.573)	(819.607)
UHE - Porto Estrela	(12.287)	(1.435)	-	-	-	-	(13.722)
Móveis e utensílios	(27.600)	(2.920)	1.013	1	5	(3.316)	(32.817)
Veículos	(12.940)	(953)	541	(68)	(12)	(1.902)	(15.334)
Computadores e periféricos	(44.994)	(2.073)	772	1.224	-	(13.824)	(58.895)
Outros	(109.475)	(1.461)	6	67	365	(49.538)	(160.036)
	(1.293.211)	(77.663)	27.101	105	-	(106.780)	(1.450.448)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

b. Imobilizado disponível para venda

As subsidiárias da Companhia identificaram ativos que foram retirados das operações e segregados para venda. Esses ativos são formados basicamente pela atualização, no curso normal de suas operações, do parque industrial da subsidiária brasileira e por máquinas e equipamentos das unidades fabris da subsidiária americana que tiveram suas operações encerradas. Adicionalmente, os equipamentos disponibilizados para venda decorrentes da readequação das capacidades produtivas também foram incluídos nesta rubrica. Esses ativos foram avaliados pelo menor valor entre seu registro contábil e seu valor de mercado, resultando no reconhecimento de perdas prováveis em sua realização (redução ao valor recuperável).

Como resultado dessa análise, o valor recuperável de R\$49.235 (R\$59.132 em 31 de dezembro de 2015) foi apresentado como “Imobilizado disponível para venda” no ativo não circulante e, consequentemente, eliminado da tabela acima pelo seu valor contábil.

A movimentação do imobilizado disponível para a venda foi como segue:

	2015	Adições	Baixas	Transferências de/para o imobilizado	Variação cambial	2016
Custo	504.262	424	(1.901)	25.866	(79.888)	448.763
Depreciação	(395.310)	(1.066)	1.381	(25.647)	63.313	(357.329)
Provisão para perda	(49.820)	(872)	1.117	-	7.376	(42.199)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	59.132	(1.514)	597	219	(9.199)	49.235
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

11. INTANGÍVEL

	Consolidado	
	2016	2015
Ágio na aquisição de empresas norte americanas	36.821	43.929
Ágio na aquisição da AMMO (controladora)	27.303	27.303
Marcas	16.334	16.307
Marcas – licença de uso (**)	11.373	-
Pontos comerciais (luvas) (*)	24.136	39.643
	-----	-----
Total	115.967	127.182
	=====	=====

Anualmente a Companhia avalia a recuperabilidade dos ágios decorrentes de investimentos em outras empresas, realizados pela Companhia ou por suas controladas, utilizando para tanto práticas consideradas de mercado, como o fluxo de caixa descontado de suas unidades que possuem ágio alocado. A recuperabilidade dos ágios é avaliada com base na análise e identificação de fatos ou circunstâncias que possam acarretar a necessidade de se antecipar o teste realizado anualmente. Caso algum fato ou circunstância indique o comprometimento da recuperabilidade dos ágios, o teste é antecipado.

O período de projeção dos fluxos de caixa para dezembro de 2016 foi de cinco anos. As premissas utilizadas para determinar o valor justo pelo método do fluxo de caixa descontado incluem: projeções de fluxo de caixa com base nas estimativas da administração para fluxos de caixa futuros, taxas de desconto e taxas de crescimento para determinação da perpetuidade. Adicionalmente, a perpetuidade foi calculada considerando a estabilização das margens operacionais, níveis de capital de giro e investimentos.

A taxa de desconto utilizada foi de 13,3% a.a. e a taxa de crescimento da perpetuidade considerada foi de 3% a.a., tanto para o ágio da controlada SGUS, na aquisição de empresas norte-americanas, quanto para o ágio da Companhia referente à aquisição da AMMO. As taxas de desconto utilizadas foram elaboradas levando em consideração informações de mercado disponíveis na data do teste.

A movimentação dos saldos consolidados dos ativos intangíveis no exercício foi como segue:

	2015	Adições e (baixas)	Amorti- zação	Variação cambial	Provisão para desvalorização de ativos (*)	2016
Ágio na aquisição de empresas norte americanas	43.929	-	-	(7.108)	-	36.821
Ágio na aquisição da AMMO	27.303	-	-	-	-	27.303
Marcas – próprias	16.307	27	-	-	-	16.334
Marcas – licença de uso (**)	-	12.309	(337)	(599)	-	11.373
Pontos comerciais (luvas) (*)	39.643	(4.000)	-	-	(11.507)	24.136
Total	127.182	8.336	(337)	(7.707)	(11.507)	115.967
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

(*) vide nota explicativa nº 27.

Os ativos intangíveis descritos acima (exceto “Marcas - licença de uso”) possuem vida útil indefinida, portanto não são amortizados, mas testados anualmente quanto ao seu valor recuperável. As marcas estão registradas ao custo de aquisição. Os valores referentes aos pontos comerciais estão registrados pelo custo de aquisição do respectivo ponto de venda deduzidos de provisão para desvalorização, baseado em seu valor de mercado determinado por empresa independente com especialização para avaliação dos mesmos.

(**) Marcas - licença de uso: Representa o licenciamento do uso da marca “Santista” na Argentina e é amortizado pelo prazo do contrato em 15 anos.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Moeda	Taxa anual de juros - %	Vencimento	Consolidado	
				2016	2015
Moeda nacional:					
BNDES (Revitaliza)	R\$	4,5 a 9,0	2016	-	9.680
BNDES (Finame)	R\$	3,0 a 9,5	2023	3.709	4.787
Banco do Brasil S.A. (conta garantida) (*)	R\$	124,9 do CDI	2017	37.124	37.125
Banco do Brasil S.A. (d)	R\$	128,7 a 133,0 do CDI	2021	391.009	380.189
Banco do Brasil S.A. (CDC)	R\$	16,9 a 17,3	2017	33.629	-
Banco Santander S.A.	R\$	129,9 do CDI	2018	50.888	54.773
Banco Itaú BBA S.A. (a)	R\$	129,0 do CDI	2017	104.237	105.341
Banco BMM S.A.	R\$	136,7 do CDI	2018	20.153	-
Banco Bradesco S.A. (conta garantida) (*)	R\$	134,7 e 137,0 do CDI	2017	17.138	10.726
Outros	R\$	-	2023	65	80
				-----	-----
				657.952	602.701
Moeda estrangeira:					
Wells Fargo Bank, N.A. (b)	US\$ e CAD\$	2,27 a 4,25	2021	147.319	-
Banco Santander Brasil S.A. PPE (c)	US\$	89,0 do CDI	2019	102.740	-
Banco Santander Brasil S.A.	US\$	6,36	2017	6.843	-
JP Morgan	US\$	Libor + 0,85	2017	9.784	-
Banco Frances	\$ARG	25,0	2017	3.159	-
Deutsche Bank (Securitização)	US\$ e CAD\$	Libor + 2,5	2016	-	66.422
Banco Patagonia	\$ARG	25,0 e 28,0	2018	19.574	1.032
Banco do Brasil S.A.	US\$	4,26	2017	16.910	19.567
				-----	-----
				306.329	87.021
				-----	-----
Total				964.281	689.722
Circulante				(383.588)	(396.747)
				-----	-----
Não circulante				580.693	292.975
				=====	=====

(*) Empréstimos mantidos em parte pela controladora.

(a) Empréstimo contratado originalmente em dólares mais 2,08% a.a. com swap para aproximadamente 129,0% do CDI com a mesma contraparte.

(b) Em 30 de março de 2016, a controlada SGUS obteve uma linha de crédito rotativo com o Wells Fargo Bank, N.A. no valor de US\$63.575, incluindo US\$60.000 com prazo de cinco anos e US\$3.575 com prazo de três anos. Nessa mesma data, o saldo e os juros da securitização mantida com o Deutsche Bank foram pagos na sua totalidade. A linha de crédito rotativo limita determinadas atividades da SGUS como, vendas de ativos e a contratação de novos empréstimos. Substancialmente, os ativos da SGUS foram dados como garantia nos termos do contrato do empréstimo.

(c) Empréstimo com garantia de títulos e valores mobiliários em dólares vinculada no valor de US\$18.900 mil (vide nota 4).

(d) Inclui contratos repactuados pela controlada CSA em novembro de 2016, no valor de R\$328.923 com cláusulas contratuais de vencimento antecipado, onde a Companhia, na condição de avalista, comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros: razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo a 4,0 vezes em 2017; 3,5 vezes em 2018; 3,0 vezes em 2019, em seu balanço consolidado.

Os empréstimos são garantidos por: (i) imóveis, máquinas e equipamentos, localizados na cidade de Montes Claros, gravados em 1º grau, além de fiança do controlador para diversos financiamentos; e (ii) por avais e garantias bancárias para os demais financiamentos.

Os vencimentos dos empréstimos são como segue:

	2017	2018	2019	2020 a 2023	Total
Moeda nacional:					
BNDES (Finame)	1.238	1.223	1.082	166	3.709
Banco do Brasil S.A. (conta garantida)	37.124	-	-	-	37.124
Banco do Brasil S.A.	64.472	-	107.768	218.769	391.009
Banco do Brasil S.A. (CDC)	33.629	-	-	-	33.629
Banco Santander S.A.	38.436	12.452	-	-	50.888
Banco Itaú BBA S.A.	104.237	-	-	-	104.237
Banco BMM S.A.	8.724	11.429	-	-	20.153
Banco Bradesco S.A. (conta garantida)	17.138	-	-	-	17.138
Outros	44	5	5	11	65
	305.042	25.109	108.855	218.946	657.952
Moeda estrangeira:					
Wells Fargo Bank, N.A.	-	-	-	147.319	147.319
Banco Santander Brasil S.A. PPE	41.761	40.642	20.337	-	102.740
Banco Santander Brasil S.A.	6.843	-	-	-	6.843
JP Morgan	9.784	-	-	-	9.784
Banco Frances	3.159	-	-	-	3.159
Banco Patagonia	89	19.485	-	-	19.574
Banco do Brasil S.A.	16.910	-	-	-	16.910
	78.546	60.127	20.337	147.319	306.329
	383.588	85.236	129.192	366.265	964.281
	=====	=====	=====	=====	=====

13. DEBÊNTURE

Por meio de contrato de negociação privada de debênture, em 30 de maio de 2014 a controlada CSA emitiu uma debênture não conversível em ações, com as características abaixo, a qual, em 7 de julho de 2014, foi integralmente subscrita pelo Banco Votorantim. Posteriormente, o banco alienou a Debênture à Gaia Agro Securitizadora S.A. ("Gaia"), a qual passou a fazer jus ao recebimento do valor total da dívida da controlada CSA representada pela Debênture, acrescido da remuneração da Debênture e dos encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão, que são as seguintes:

Características da Debênture

Quantidade de debênture emitida	1
Valor unitário da debênture (valor em reais)	R\$270.000.000
Amortização	2 parcelas iguais
Vencimento 1ª parcela	13/06/2016
Vencimento 2ª parcela	13/06/2017
Remuneração	110% do CDI
Amortização dos juros	Semestrais
Garantias	(1)
Cláusulas de vencimento antecipado (covenant)	(2)

A Debênture foi objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, sendo subscrita pelo Banco Votorantim.

Em 11 de junho de 2014, foi firmado com a Gaia Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agro Negócio da 1ª Série da 3ª Emissão de Certificados Recebíveis do Agronegócio ("CRA"), vinculando a Debênture à emissão dos CRA.

Em 3 e 7 de julho de 2014, foram publicados anúncios de início e encerramento, respectivamente, de distribuição dos CRA, sendo emitidos e subscritos todos os 864 CRA de valor unitário de R\$312,5, perfazendo o total da oferta no valor de R\$270.000, com remuneração e garantias idênticas às da Debênture que lhe dá lastro.

Os recursos ingressaram na companhia na data da subscrição dos CRA. As despesas de emissão da Debênture e de emissão dos CRA, no valor de aproximadamente R\$7.700, equivalentes a 2,85% do valor total de emissão, serão amortizados como custo da operação, juntamente com os encargos da Debênture, na proporção de seu saldo devedor.

Os saldos, em 31 de dezembro de 2016, eram assim compostos.

	Valor original	Encargos antecipados	Juros provisionados	Saldos em 2016	Saldos em 2015
Circulante	135.000	(1.145)	1.138	134.993	134.484
Não circulante	-	-	-	-	133.848
Total	135.000	(1.145)	1.138	134.993	268.332
	=====	=====	=====	=====	=====

(1) Garantias:

Garantia Real: Imóveis da controlada CSA cujo valor de avaliação é superior a 120% do valor de emissão dos CRA. A qualquer momento, poderão ser alienados um ou mais imóveis a critério da controlada CSA e sem anuência dos titulares dos CRA, desde que: (i) tal alienação não diminua a razão de 120% de garantia das obrigações garantidas junto aos titulares dos CRA; e (ii) a controlada CSA use o valor líquido dos imóveis alienados para amortização de financiamentos bancários.

Garantia Fidejussória: Fiança prestada pela Companhia.

(2) Cláusulas de vencimento antecipado (covenants):

Além de cláusulas usuais de vencimento antecipado, a controlada CSA comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros: (i) razão entre Dívida Líquida e EBITDA Ajustado, igual ou inferior a 4,25 (quatro inteiros e vinte e cinco centésimos) durante o ano de 2014; (ii) razão entre Dívida Líquida e EBITDA Ajustado, igual ou inferior a 4,10 (quatro inteiros e dez centésimos) durante o ano de 2015; (iii) razão entre Dívida Líquida e EBITDA Ajustado, igual ou inferior a 4,00 (quatro inteiros) durante o ano de 2016; (iv) razão entre Dívida Líquida e Patrimônio Líquido, igual ou inferior a 0,7 (sete décimos); e (v) razão entre EBITDA Ajustado e Juros, igual ou superior a 2 (dois inteiros). Os índices previstos nos itens (iv) e (v) estão previstos para todo o período do contrato. Os termos utilizados para descrever os índices tem sua definição determinada em contrato e podem diferir das rubricas contábeis. Em 31 de dezembro de 2016, todos os índices acima foram atendidos pela controlada CSA.

14. FORNECEDORES

	Consolidado	
	2016	2015
Mercado interno	40.991	24.388
Mercado externo	103.049	127.768
	-----	-----
	144.040	152.156
	=====	=====

As contas a pagar a fornecedores são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de pagamento é de aproximadamente 31 dias (33 dias em 31 de dezembro de 2015).

15. CONCESSÕES GOVERNAMENTAIS

A controlada CSA participa em consórcio de concessão de geração de energia elétrica com as empresas CEMIG Geração e Transmissão S.A. e Vale (denominada anteriormente Companhia Vale do Rio Doce), em partes iguais de 33,33%, para cuja administração não foi constituída empresa com característica jurídica independente. São mantidos controles nos registros contábeis da Companhia, equivalentes à sua participação.

Como retribuição pela outorga da concessão, a Companhia e as demais consorciadas pagarão à União parcelas ao longo do tempo de concessão, conforme demonstrado abaixo.

Início do prazo de concessão: 10 de julho de 1997

Prazo de concessão: 35 anos

Valor total da concessão: R\$333.310

Atualização monetária: IGP-M

Parcelas anuais demonstrando os valores totais da concessão:

	5º ao 15º ano 2002 a 2012	16º ao 25º ano 2013 a 2022	26º ao 35º ano 2023 a 2032
	-----	-----	-----
Valores históricos:			
Parcela mínima	120	120	120
Parcela adicional	-	12.510	20.449
	-----	-----	-----
Parcela anual	120	12.630	20.569
Parcelas totais	1.320	126.300	205.690
Parcelas atualizadas	6.160	589.357	959.805
	=====	=====	=====

Para fins contábeis, a CSA reconhece as despesas incorridas pelo regime de competência, em contrapartida ao passivo não circulante, de forma linear, tendo como base sua participação no valor total da outorga; 33,33%, a valor presente, considerando a taxa básica de juros, atualizada pelo IGP-M. Em 31 de dezembro de 2016, esse valor representava R\$66.361, sendo R\$17.617 classificados no passivo circulante e R\$48.744 classificados no passivo não circulante (R\$67.381,

sendo R\$18.337 classificados no passivo circulante e R\$49.044 classificados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2015).

Os valores consignados no ativo imobilizado, objeto da presente concessão, em 31 de dezembro de 2016, somam R\$22.428 (R\$23.830 em 31 de dezembro de 2015) (vide nota explicativa nº 10 às demonstrações financeiras) e consideram a participação da Companhia nos investimentos realizados para a construção da Usina Hidroelétrica de Porto Estrela, localizada no Rio Santo Antonio, a 270 km de Belo Horizonte, com potência instalada de 112MW. A referida Usina iniciou sua geração no final de 2001.

16. ARRENDAMENTO MERCANTIL

A controlada SGUS aluga imóveis e equipamentos sob a condição de “leasing” operacional. O total da despesa com o arrendamento mercantil em 2016 foi de R\$42.125 (R\$41.310 em 2015). A controlada SGUS concedeu a terceiros o subarrendamento mercantil (“sub-leasing”) de algumas localidades onde não havia mais o benefício econômico sobre o arrendamento pago. O total de receita com o subarrendamento mercantil em 2016 foi de R\$15.438 (R\$12.958 em 2015).

Prestações previstas para os próximos anos são estimadas na tabela abaixo:

Anos	2016
2017	34.781
2018	33.927
2019	30.440
2020	28.113
2021	28.341

A partir de 2021, as prestações continuam decrescentes até o final dos contratos que terminam em diversas datas até 2030, totalizando R\$203.909.

Para o período de 2017 a 2025, o total das prestações de subarrendamento mercantil a receber pela controlada SGUS é de R\$46.544.

A controlada SGUS possui provisão de curto e longo prazo que totaliza R\$21.767 (R\$27.655 em 31 de dezembro 2015), que consiste na estimativa do valor presente das obrigações futuras de arrendamento mercantil (cujos contratos continuaram vigentes após o fechamento de algumas unidades fabris nos EUA), líquido dos subarrendamentos já contratados e de uma receita estimada de subarrendamento das demais unidades fechadas que ainda não foram subarrendadas. Esse potencial de subarrendamento poderia resultar numa redução de R\$173.063 nas obrigações demonstradas na tabela acima.

17. IMPOSTO DE RENDA E OUTROS IMPOSTOS

a. Incentivos fiscais

Todas as unidades fabris da controlada CSA sediadas no Brasil, exceto a unidade de Blumenau-SC, estão localizadas na região da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, beneficiando-se de incentivos fiscais federais e estaduais.

Os incentivos fiscais federais e estaduais da Companhia e de suas unidades fabris estão programados para expirar em diferentes datas, dependendo da instalação industrial em questão. Os incentivos federais tinham validade até 31 de dezembro de 2016 e os incentivos estaduais têm validade até 31 de dezembro de 2021.

Os incentivos federais são calculados a partir do imposto de renda devido sobre o resultado obtido nas operações comerciais e industriais, contabilizados como redução da provisão de imposto de renda, em contrapartida ao resultado do exercício.

b. Conciliação dos impostos sobre o lucro (imposto de renda e contribuição social)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Resultado antes dos impostos	(7.482)	22.464	(64.594)	35.570
Diferenças permanentes:				
Equivalência patrimonial	(5.360)	(28.142)	-	-
Receitas não tributadas – RTT	-	-	(45.477)	(37.509)
Diferenças permanentes de controladas no exterior	-	-	-	(1.931)
Outros	-	-	(1.642)	55
Base de cálculo dos impostos	(12.842)	(5.678)	(111.713)	(3.815)
Alíquota de 34%	4.366	1.931	37.982	1.297
Créditos fiscais não constituídos	(4.366)	(1.931)	20.900	(12.527)
Outros	-	-	(629)	(1.763)
Total dos impostos sobre o lucro	-	-	58.253	(12.993)
	=====	=====	=====	=====
Impostos sobre o lucro – corrente	-	-	2.329	(8.340)
Impostos sobre o lucro – diferido	-	-	55.924	(4.653)
	=====	=====	=====	=====

c. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, na condição de controladora, tem como resultado basicamente equivalência patrimonial e resultado de aplicações financeiras. Os lucros de controladas no exterior são tributados como adição ao lucro tributável e recebem créditos dos impostos pagos no país de origem até o limite de 25% de sua base de cálculo. Quando esses resultados são prejuízos, eles não se constituem em créditos tributários no Brasil, porém são compensados com os resultados futuros da controlada no exterior que o gerou. Portanto, na condição de controladora, são bem específicas as situações onde a Companhia poder vir a constituir créditos tributários.

Os valores de imposto de renda e de contribuição social diferidos, registrados nas demonstrações financeiras consolidadas, são provenientes de provisões temporariamente não dedutíveis, crédito fiscal incorporado e prejuízos fiscais das controladas.

O imposto de renda e contribuição social diferidos consolidados são compostos como segue:

	Saldos em 2015	Reconhe- cidos no resultado	Outros	Saldos em 2016
Ativo:				
Diferenças temporais (CSA - Argentina) (1)	-	1.482	-	1.482
Diferenças temporais (CSA – Brasil) (1)	18.556	(444)	-	18.112
Prejuízo fiscal, líquido (CSA – Brasil) (1)	26.924	444	-	27.368
Créditos fiscais de controlada no exterior (CSA – Brasil) (1)	7.167	-	-	7.167
Prejuízo fiscal, líquido (SGUS – EUA) (2)	-	54.442	141	54.583
Diferenças temporais (AMMO – Brasil)	1.703	-	(975)	728
Prejuízo fiscal, líquido (AMMO – Brasil)	2.042	-	-	2.042
Prejuízo fiscal, líquido (SGPSA – Brasil)	1.906	-	-	1.906
	-----	-----	-----	-----
Ativo não circulante	58.298	55.924	(834)	113.388
	=====	=====	=====	=====

(1) Impostos diferidos da controlada CSA:

A controlada CSA, com base em plano de negócios e projeções futuras, manteve os ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais acumulados. As projeções futuras consideram os resultados operacionais da Companhia, para os próximos 10 anos trazidos a valor presente e uma redução das taxas de juros ao longo desse período e o consequente custo da dívida, dentre outras ações. Com base nestas ações e nas premissas utilizadas na preparação do plano de negócios, a Administração daquela controlada possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitirão a realização dos créditos tributários diferidos demonstrados como segue:

Ano	Controladora		Controlada Argentina	Consolidado
	Diferenças temporárias	Prejuízos fiscais (*)		
2017	9.144	(9.144)	1.482	1.482
2018	-	618	-	618
2019	-	2.153	-	2.153
2020	-	5.084	-	5.084
2021	-	7.941	-	7.941
2022	-	9.419	-	9.419
2023 e 2024	8.968	18.464	-	27.432
	-----	-----	-----	-----
	18.112	34.535	1.482	54.129
	=====	=====	=====	=====

(*) Inclui compensação de impostos pagos na Argentina.

As diferenças temporárias são dedutíveis integralmente do lucro tributável, enquanto que os prejuízos fiscais são limitados a 30% do lucro tributável. Ambos não tem prazo para prescrição.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2016, a controlada CSA possuía R\$611.503 em prejuízos fiscais (R\$506.222 em 31 de dezembro de 2015) e R\$617.531 de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro (R\$511.773 em 31 de dezembro de 2015), cujos ativos fiscais não estão reconhecidos nas demonstrações financeiras.

(2) Impostos diferidos da controlada SGUS:

A controlada SGUS, com base em plano de negócios e projeções futuras, mantém ativos fiscais diferidos decorrentes, principalmente, de prejuízos fiscais acumulados. Em 31 de dezembro de 2015, a controlada SGUS mantinha provisão integral dos créditos de ativos fiscais diferidos. Em 31 de dezembro de 2016, baseada na revisão das projeções futuras dos seus resultados operacionais e no histórico de lucratividade dos últimos 3 anos, a controlada SGUS concluiu que o valor de R\$54.583 é considerado realizável e reduziu a provisão nesse mesmo montante.

As projeções futuras consideram os resultados operacionais da Companhia para os próximos 5 anos. Com base em premissas conservadoras utilizadas na preparação do plano de negócios, a Administração da SGUS possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitirão a realização dos créditos tributários diferidos.

A expectativa de realização dos impostos diferidos ativos, em 31 de dezembro de 2016, é como segue:

Ano	Controlada SGUS
2017	19.414
2018	10.748
2019	9.637
2020	6.839
2021	7.945

	54.583
	=====

As diferenças temporárias são dedutíveis integralmente do lucro tributável e não têm prazo para prescrição. Os prejuízos fiscais também são dedutíveis integralmente, mas possuem prazos de prescrição, tendo, os prejuízos fiscais federais, validade entre 2022 a 2034 e, os estaduais, validade entre 2017 a 2034.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2016, a controlada SGUS possui saldo de R\$795.755 em prejuízos fiscais (R\$1.181.260 em 31 de dezembro de 2015), cujos ativos fiscais não estão reconhecidos nas demonstrações financeiras.

d. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	-	-	3.837	4.001
Imposto de renda e contribuição social antecipados	136	1.066	27.862	22.202
PIS e COFINS a recuperar	-	-	1.163	1.909
IVA/Ingressos brutos (Argentina)	-	-	8.813	806
VAT – China e México	-	-	1.034	1.609
IPI a recuperar	-	-	71	34
Reintegra	-	-	-	3.309
Outros impostos a recuperar	-	-	2.344	1.137
	-----	-----	-----	-----
	136	1.066	45.124	35.007
Circulante	(136)	(1.066)	(35.853)	(31.421)
	-----	-----	-----	-----
Não circulante	-	-	9.271	3.586
	=====	=====	=====	=====

18. PROVISÕES DIVERSAS

A Companhia e suas controladas vêm discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos e reclamações trabalhistas. A provisão foi constituída de acordo com a avaliação do risco efetuada pela Administração e pelos seus assessores jurídicos, para as perdas consideradas prováveis.

A Companhia e suas controladas possuem processos tributários e cíveis, cuja perda foi estimada como possível, no valor de R\$34.539 e R\$14.286 respectivamente. Os processos judiciais cuja perda foi estimada como provável são assim resumidos:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Processos fiscais:				
- CPMF	4.317	4.317	4.317	4.317
- INSS	-	-	1.998	1.998
- Outros	-	-	157	64
Trabalhistas	-	-	12.729	14.121
Cíveis e outras	-	-	2.635	2.796
	-----	-----	-----	-----
Total	4.317	4.317	21.836	23.296
	=====	=====	=====	=====
Depósitos judiciais	4.221	4.221	19.171	20.486
	=====	=====	=====	=====

CPMF – A Companhia é pólo ativo em ação de mandado de segurança para afastar a incidência da CPMF sobre as operações de câmbio simbólico realizadas na operação de conferência internacional de ações por investidor estrangeiro.

INSS – A controlada CSA é pólo ativo em ação contra a Fazenda Nacional questionando a incidência da contribuição sobre verbas consideradas indenizatórias e do FAP (Fator Acidentário de Prevenção).

Trabalhistas – A controlada CSA é pólo passivo em ações movidas por ex-funcionários e terceiros.

Cíveis – A controlada CSA é pólo ativo em ação contra a União questionando a legalidade da cobrança da COFURH – Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos.

As movimentações do saldo da provisão consolidada são apresentadas a seguir:

	2015	Adições	Baixas	2016
Processos fiscais:				
- CPMF	4.317	-	-	4.317
- INSS	1.998	-	-	1.998
- Outros	64	93	-	157
Trabalhistas	14.121	2.412	(3.804)	12.729
Cíveis e outras	2.796	260	(421)	2.635
	-----	-----	-----	-----
	23.296	2.765	(4.225)	21.836
	=====	=====	=====	=====

19. PLANOS DE APOSENTADORIA E BENEFÍCIOS

Substancialmente, todos os funcionários da controlada SGUS são cobertos por planos de contribuição definida. Alguns executivos da controlada SGUS são cobertos pelo plano de benefício definido. A controlada SGUS pode efetuar contribuições arbitrárias para o plano de contribuição definida e essas contribuições são consideradas através de um percentual da remuneração elegível de cada participante. Adicionalmente, no caso de participantes elegíveis contribuírem com um percentual de suas remunerações para alguns planos de contribuição definida, a controlada SGUS pode, arbitrariamente, efetuar uma contribuição na proporção dos valores contribuídos pelos participantes.

A controlada SGUS patrocina um plano de pensão de benefício definido para alguns de seus funcionários, cujos custos esperados de pensão são provisionados em regime de competência com base em estudos atuariais e as contribuições dos funcionários aposentados e da controlada SGUS são ajustadas periodicamente. As contribuições da controlada SGUS aos planos de benefício definido são efetuadas de acordo com a lei de aposentadoria dos EUA ("Employee Retirement Income Security Act") e os benefícios são geralmente baseados nos anos de serviço e níveis salariais (remuneração).

Os ativos do plano de benefício definido são investidos em fundos de renda variável e fundos de renda fixa (incluindo dívidas do governo americano). A controlada SGUS também fornece benefícios de aposentadoria a executivos elegíveis de acordo com planos executivos suplementares não qualificados de aposentadoria.

A tabela abaixo contém informações resumidas dos planos de pensão de benefício definido em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	2016	2015
Mudança no benefício provisionado:		
Benefício provisionado no início do ano	186.618	139.465
Custo do serviço	914	1.115
Custo dos juros	7.167	7.416
(Ganho) perda atuarial	4.023	(9.685)
Pagamento de benefícios	(14.614)	(14.462)
Variação cambial	(30.719)	62.769
	-----	-----
Benefício provisionado no final do ano	153.389	186.618
Mudança nos ativos do plano:		
Valor de mercado dos ativos no início do ano	47.042	37.079
Retorno sobre os ativos	3.543	(921)
Contribuições do empregador	11.689	12.493
Pagamento de benefícios	(14.614)	(14.462)
Variação cambial	(4.698)	16.586
	-----	-----
Valor de mercado dos ativos no final do ano	42.962	50.775
	-----	-----
Valor presente das obrigações a descoberto	110.427	135.843
	=====	=====
Premissas utilizadas para determinar as obrigações de benefícios no final do ano		
Taxa de desconto (a.a.)	3,75% a 4,15%	4,00% a 4,50%
Aumento futuro de salários (a.a.)	2,50%	2,50%
Premissas atuariais para determinar a despesa líquida para os exercícios findos nessas datas		
Taxa de desconto e taxa de rendimento esperada sobre ativos (a.a.)	4,00% a 4,50%	3,70% a 4,26%
Aumento futuro de salários (a.a.)	2,50%	2,50%
Componentes do custo líquido do benefício:		
Custo do serviço	914	1.115
Custo dos juros, líquido	4.496	4.539
	-----	-----
Custo líquido do benefício	5.410	5.654
	=====	=====

A estratégia de investimento da controlada SGUS é de aplicar numa carteira diversificada com o objetivo de maximizar os retornos considerando um nível aceitável de risco. Os ativos do plano de pensão são investidos em um fundo balanceado que tem uma alocação estática de 45% a 63% em investimentos de renda variável e 37% a 55% em instrumentos financeiros de renda fixa. A expectativa de retorno sobre os ativos do plano foi desenvolvida em conjunto com os consultores externos e foram levadas em consideração as expectativas de longo prazo para retornos futuros, baseados na estratégia de investimentos atuais da controlada SGUS.

	2016	2015
Investimentos dos ativos dos planos:		
Renda variável	20.374	23.096
Renda fixa	22.109	26.904
Caixa e equivalentes de caixa	479	775
	-----	-----
Valor de mercado dos ativos no final do ano	42.962	50.775
	=====	=====

A controlada SGUS espera contribuir R\$9.629 para os planos de benefício definido em 2017.

Pagamentos de benefícios futuros para os próximos 10 anos são:

	Plano de pensão de benefício definido
2017	12.651
2018	12.293
2019	11.893
2020	11.506
2021	11.169
2022 – 2026	50.886

Os saldos dos benefícios provisionados e remuneração diferida estão demonstrados abaixo:

	2016	2015
Provisão para plano de pensão	110.427	135.843
Outras provisões de benefícios a funcionários	5.710	8.367
Total do plano de aposentadoria e benefícios	116.137	144.210
Circulante (a)	(10.127)	(12.481)
Não circulante	106.010	131.729

(a) Incluída na rubrica “Obrigações sociais e trabalhistas”.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital realizado

O capital social subscrito e realizado está representado por 50.000.000 de ações ordinárias com direito a voto. Não houve movimentação do número de ações subscritas e realizadas para o período entre 1º de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2016, exceto pelo grupamento de ações mencionado abaixo.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de outubro de 2015 foi aprovado o grupamento das ações de emissão da Companhia, nos termos do artigo 12 da lei nº 6.404/76, no total de 200.000.000 de ações ordinárias nominativas, escriturais, e sem valor nominal, representativas do capital social, na proporção de 4 ações para uma ação, sem modificação do valor do capital social, de forma que o capital social, a partir daquela data, passou a ser representado por 50.000.000 de ações ordinárias nominativas, escriturais, e sem valor nominal.

b. Dividendos e reserva de lucros a realizar

Aos acionistas é assegurado um dividendo correspondente a 1/3 do lucro líquido do exercício, ajustado conforme o Estatuto e a Lei das Sociedades por Ações.

c. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros é constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e tem como objetivo a aplicação em futuros investimentos.

21. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	A receber		A pagar	
	2016	2015	2016	2015
Controladora:				
Coteminas S.A.	-	-	36.747	46.763
Companhia de Tecidos Norte de Minas – Coteminas	-	-	-	84
AMMO Varejo Ltda.	-	46	-	-
	-----	-----	-----	-----
	-	46	36.747	46.847
	=====	=====	=====	=====
Consolidado:				
Companhia de Tecidos Norte de Minas – Coteminas	36.311	23.332	-	84
Coteminas International Ltd.	661	-	-	-
Companhia Tecidos Santanense	-	19	-	-
Encorpar – Empresa Nacional de Comércio, Redito e Participações S.A.	-	84	-	-
Fazenda do Cantagalo Ltda.	-	13	-	-
Holtex Inc.	489	-	-	-
Santanense Argentina	66	55	-	-
Sucursal Argentina	27	-	-	-
	-----	-----	-----	-----
	37.554	23.503	-	84
	=====	=====	=====	=====
			Encargos financeiros	
			Receita (despesa)	
			2016	2015
Controladora:				
Coteminas S.A.			(5.040)	(2.139)
Companhia de Tecidos Norte de Minas – Coteminas			(8)	(3)
AMMO Varejo Ltda.			7	32
			-----	-----
			(5.041)	(2.110)
			=====	=====
Consolidado:				
Companhia de Tecidos Norte de Minas – Coteminas			6.798	5.684
Companhia Tecidos Santanense			-	2
Encorpar – Empresa Nacional de Comércio, Redito e Participações S.A.			13	12
Coteminas International Ltd.			-	(7)
			-----	-----
			6.811	5.691
			=====	=====

Os saldos mantidos com partes relacionadas possuem vencimento de longo prazo, e os encargos são calculados de acordo com as taxas equivalentes às praticadas pelo mercado financeiro, ou seja, de 115% à 120% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI e LIBOR mais 3% a.a. para empresas sediadas no exterior.

Conforme previa o acordo de acionistas da Companhia, a controlada SGUS deve pagar, a cada ano, a título de prestação de serviços, livre de despesas, o valor de US\$1.429 mil ao acionista Heartland Industrial Partners, L.P. A controlada CSA deve pagar o valor equivalente a US\$3.500 mil ao acionista controlador CTNM. O saldo em aberto no valor de R\$5.563 em 31 de dezembro de 2015, está consignado na rubrica “Outras contas a pagar” no passivo circulante. Em 2015, foram provisionados a esse título R\$16.370. Em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 29 de dezembro de 2015, foi decidida a rescisão dos contratos de prestação de serviços acima e, portanto, em 2016 não há despesas com essa prestação de serviços.

Em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 29 de dezembro de 2015, foi autorizado o pagamento de comissão de 2% (dois por cento ao ano), limitado ao valor cumulativo de R\$47.750 sobre avais/garantias prestados pelo controlador sobre empréstimos e financiamentos tomados pela Companhia e suas controladas. Em 31 de dezembro de 2016, o valor de R\$36.186 estava contabilizado, sendo R\$9.811 na rubrica “Outros créditos a receber” no ativo circulante e R\$26.375 na rubrica “Outros” no ativo não circulante, referentes a avais sobre contratos e linhas de créditos já existentes. Em 2016, foi apropriado o valor de R\$11.564 como despesa financeira na rubrica “Despesas bancárias, impostos, descontos e outros”.

Em 2016, a CSA forneceu produtos intermediários para empresa do grupo, Companhia Tecidos Santanense, no valor de R\$29.028 (R\$28.806 em 2015). O saldo a receber referente a essas transações está demonstrado na nota explicativa nº 5. Em 31 de dezembro de 2016, a CSA possuía saldo de R\$11.500 na rubrica “Outras contas a pagar” recebidos como adiantamento para fornecimento nos meses subsequentes. As transações são efetuadas a preços de mercado.

Os valores pagos a diretores e pessoas chave da Administração estão destacados nas demonstrações do resultado, sob a rubrica “Honorários da administração” e incluem os benefícios de longo prazo e pós-emprego existentes.

22. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Consolidado	
	2016	2015
Resultado na baixa de ativos, líquido de provisões para perdas	5.536	25.247
Custos de adequação da capacidade de produção	(10.746)	(15.765)
Despesas de leasing não operacional	(6.968)	(12.152)
Outras, líquidas	7.337	(9.436)
	-----	-----
	(4.841)	(12.106)
	=====	=====

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais--A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, derivativos e não derivativos, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e descritas no quadro abaixo.

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
ATIVOS --				
CIRCULANTE:				
Caixa e equivalentes de caixa	268	128	160.360	149.925
Títulos e valores mobiliários	-	-	18.208	2.000
Instrumentos financeiros	-	-	-	19.882
Duplicatas a receber	-	-	493.208	508.826
Valores a receber - venda de imobilizado	-	-	-	8.318
Outros créditos a receber	1.024	1.012	57.000	35.383
NÃO CIRCULANTE:				
Realizável a longo prazo:				
Valores a receber – clientes	-	-	24.288	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	62.057	-
Valores a receber – venda de imobilizado	-	-	54.880	40.899
Partes relacionadas	-	46	37.554	23.503
Outros	-	-	34.102	23.234
PASSIVOS --				
CIRCULANTE:				
Empréstimos e financiamentos (*)	21.940	-	383.588	396.747
Debênture (*)	-	-	134.993	134.484
Fornecedores	79	15	144.040	152.156
Concessões governamentais	-	-	17.617	18.337
Arrendamentos não recuperáveis	-	-	6.304	7.048
Outras contas a pagar	-	-	61.620	69.542
NÃO CIRCULANTE:				
Empréstimos e financiamentos (*)	-	-	580.693	292.975
Debênture (*)	-	-	-	133.848
Arrendamentos não recuperáveis	-	-	15.463	20.607
Partes relacionadas	36.747	46.847	-	84
Concessões governamentais	-	-	48.744	49.044
Outras obrigações	2.056	2.056	12.572	17.089

Os principais fatores de risco que a Companhia e suas controladas estão expostas refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica, mudanças relevantes na estrutura da indústria, entre outros) são inerentes a sua atividade e são endereçados pela administração da Companhia. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Companhia e suas controladas utilizam e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

b) Valor justo--Os valores justos dos empréstimos e financiamentos e das debêntures aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas demonstrações financeiras em função de serem indexados por taxas flutuantes de juros (TJLP, CDI e LIBOR), as quais acompanham as taxas de mercado. Considerando os vencimentos dos demais instrumentos financeiros de curto prazo, a Companhia estima que seus valores justos aproximam-se aos valores contábeis.

c) Classificação dos instrumentos financeiros--Com exceção dos instrumentos financeiros derivativos, todos os instrumentos financeiros listados acima são classificados como “Empréstimos e recebíveis”, no caso de ativos, ou “Outros passivos financeiros”, no caso de passivos, avaliados inicialmente ao valor justo e atualizados pelo custo amortizado. Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados como “Mensurados ao valor justo por meio do resultado” e a parcela referente ao hedge de fluxo de caixa, cuja efetividade possa ser mensurada, tem seus ganhos e perdas reconhecidos diretamente no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial e apresentados na demonstração do resultado abrangente.

d) Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros derivativos e não derivativos:

d.1 - Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos--A Companhia acredita que o gerenciamento de riscos é importante na condução de sua estratégia de crescimento com rentabilidade. A Companhia está exposta a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito a variações nas taxas de câmbio, preços de commodities (algodão) e volatilidade das taxas de juros. O objetivo de gerenciamento desses riscos é eliminar possíveis variações não esperadas nos resultados das empresas do grupo, advindas dessas variações.

O objetivo das operações de derivativos está sempre relacionado à eliminação dos riscos de mercado, identificados em nossas políticas e diretrizes e, também, com o gerenciamento da volatilidade dos fluxos financeiros. A medição da eficiência e avaliação dos resultados ocorre ao longo dos contratos. O monitoramento do impacto destas transações é analisado trimestralmente pelo Comitê de Gerenciamento de Caixa e Dívida onde a marcação a mercado destas transações é discutida e validada. Todos os instrumentos financeiros derivativos estão reconhecidos pelo seu valor justo nas demonstrações financeiras da Companhia.

d.2 - Política de uso de derivativos--Conforme política interna, o resultado financeiro da Companhia deve ser oriundo da geração de caixa do seu negócio e não de ganhos no mercado financeiro. Portanto, considera que a utilização de derivativos deve ser apenas para proteger eventuais exposições que ela possa ter decorrentes dos riscos nos quais ela está exposta, sem fins especulativos. A contratação de um derivativo tem como objetivo a redução da exposição aos riscos de mercado da Companhia.

d.3 - Risco de taxa de câmbio--Esse risco decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

d.3.1) Riscos de taxa de câmbio nos investimentos no exterior:

A Companhia possui investimentos no exterior que aumentam sua exposição cambial, a saber:

Total dos investimentos no exterior	2016	2015
Investimentos	122.965	104.016
Obrigações de controladas	-	(61.360)
	-----	-----
	122.965	42.656
	=====	=====
Em milhares de Dólares equivalentes	37.729	10.923
	=====	=====

d.3.2) Riscos de taxa de câmbio nos instrumentos financeiros não derivativos na Companhia e na controlada CSA:

Os valores referentes aos instrumentos financeiros não derivativos sujeitos à exposição cambial da Companhia e de suas controladas brasileiras, são como segue:

Instrumentos financeiros	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa	499	162
Duplicatas a receber	41.397	56.987
Títulos e valores mobiliários	62.057	-
Fornecedores	(1.146)	(1.475)
Empréstimos e financiamentos	(126.493)	(19.567)
Partes relacionadas	(9.942)	109.831
	-----	-----
Total da exposição em Reais	(33.628)	145.938
	=====	=====
Total da exposição em milhares de dólares equivalentes	(10.318)	37.374
	=====	=====

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos acima, considerando os fluxos de recebimentos e pagamentos em Dólares norte americanos já contratados em 31 de dezembro de 2016 é como segue:

Vencimento	Risco	Valor da exposição US\$ mil	Cenários		
			Provável	II	III
2017	Alta do Dólar	(7.523)	(3.454)	(10.447)	(17.440)
2018	Alta do Dólar	(15.574)	(7.035)	(21.484)	(35.933)
2019	Alta do Dólar	12.779	8.091	20.526	31.961
		-----	-----	-----	-----
		(10.318)	(2.398)	(11.405)	(21.412)
		=====	=====	=====	=====

Os valores entre parênteses (negativos) demonstrados nos cenários acima, referem-se à variação cambial passiva, portanto despesa. Os valores positivos referem-se à receita.

O cenário “Provável” representa o resultado da variação cambial provável considerando-se o fluxo de caixa dos ativos e passivos acima detalhados, aplicando-lhes as taxas futuras de Dólares e comparando com a taxa do Dólar no final do exercício atual. Para os cenários II e III, foi considerada uma deterioração das taxas futuras de Dólares em 25% e 50% respectivamente. As taxas futuras de Dólares foram obtidas na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

d.3.3) Riscos de taxa de câmbio nos instrumentos financeiros derivativos na Companhia e em suas controladas:

As principais informações consolidadas sobre os instrumentos derivativos com risco de taxas de câmbio estão assim demonstradas:

Descrição	Valor de referência (Nocional) US\$mil		Valor justo – Ativo	
	2016	2015	2016	2015
Contratos a termo (NDF) (1) -- Posição: Comprada Moeda: US\$/Pesos Argentinos Dólar de liquidação: \$11,72 Contraparte: Banco da Patagonia Outras informações: 1 contrato de US\$15.000 mil, com vencimento em 30.06.2016	-	15.000	-	14.149
Contratos a termo (NDF) (1) -- Posição: Comprada Moeda: US\$/Pesos Argentinos Dólar de liquidação: \$11,12 Contraparte: Banco da Patagonia Outras informações: 1 contrato de US\$7.000 mil, com vencimento em 31.03.2016	-	7.000	-	5.733
Total ativo circulante	-	22.000	-	19.882
	=====	=====	=====	=====

(1) Contratos a termo (NDF – “Non Deliverable Forward”) matérias primas--são classificados e registrados pelo seu valor justo por meio do resultado e visam proteger o risco de variação cambial nas compras de matérias primas previstas para as datas de vencimento dos contratos. Embora a Companhia utilize estes derivativos com o objetivo de proteção (“hedge”), não foi adotada a prática contábil de contabilização de instrumentos de proteção (“hedge accounting”) para estas transações.

Os valores provisionados correspondem ao valor justo dos NDFs e foram calculados a partir dos dados obtidos na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros para as operações realizadas no Brasil e Banco Central da Argentina para as operações realizadas na Argentina, como a taxa do Dólar futuro nas datas de vencimento, taxas de juros e algoritmos próprios, e comparados com as informações obtidas diretamente das instituições financeiras contraparte que avaliam esses instrumentos financeiros.

Os derivativos são negociados em mercado de balcão, registrados nos órgãos competentes e não estão sujeitos a depósitos de margem. Em 31 de dezembro de 2016 foi registrado um ganho de R\$1.827 como resultado com derivativos relacionados ao risco de câmbio na rubrica de “Variações cambiais, líquidas”. Em 2015, foi registrada um ganho de R\$31.076 como resultado com derivativos relacionados ao risco de câmbio na rubrica de “Variações cambiais, líquidas”.. Exceto pelo swap contratado conforme mencionado na nota 12.a, e pelos contratos a termo acima, não houve outra aplicação em derivativos envolvendo taxas de câmbio em 2016 e 2015.

d.4 - Risco de preços de commodities (algodão)--Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações no preço do algodão, sua principal matéria-prima. O aumento do preço do algodão, de forma significativa pode acarretar aumento no custo de seu produto em prazo e montantes que a Companhia não consiga repassar ao mercado consumidor, fazendo reduzir suas margens. Em 2016 a Companhia registrou um ganho de R\$4.174. Em 2015, a Companhia não obteve resultados com esse tipo de derivativo.

d.5 - Risco de taxa de juros--O caixa e equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários rendem aproximadamente o equivalente às taxas dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI. Os passivos (exceto os descritos em d.5.1 e d.5.2 abaixo) sobre os quais incidem juros equivalentes à LIBOR ou juros fixos estão demonstrados nas notas explicativas nº 12 e 21. Considerando-se os fluxos de caixa desses passivos e as taxas contratadas, a Administração da Companhia considera não relevante o efeito da exposição às variações de mercado nas taxas de juros contratadas. Portanto, não está apresentando a análise de sensibilidade.

d.5.1) Riscos de taxa de juros variáveis nos instrumentos financeiros derivativos:

Contratos de swap de taxa de juros – são classificados e registrados pelo seu valor justo e se baseiam no fluxo de caixa dos financiamentos denominados em moeda estrangeira. Tem seus ganhos e perdas realizados registrados no resultado, na rubrica “Despesas financeiras – juros sobre empréstimos”. Exceto pelo swap contratado conforme mencionado na nota 12.a, não houve aplicação em derivativos envolvendo taxas de juros em 2016 e 2015.

d.5.2) Riscos de taxa de juros variáveis nos instrumentos financeiros não derivativos:

Os valores referentes aos instrumentos financeiros não derivativos sujeitos à exposição de juros variáveis da Companhia e suas controladas, são como segue:

Descrição	2016			2015	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: 128,7% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – NCE Vencimento: novembro/2021	165.000	2.058	(2.263)	164.795	165.103
Contrato de empréstimo -- Juros: 128,7% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – NCE Vencimento: novembro/2021	165.000	1.840	(2.712)	164.128	164.750
Contrato de empréstimo -- Juros: 133,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – CCB Vencimento: agosto/2017	22.242	273	(337)	22.178	-

Descrição	2016			2015	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: 131,5% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – NCE Vencimento: maio/2017	11.364	160	(46)	11.478	-
Contrato de empréstimo -- Juros: 130,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – CCB Vencimento: março/2017	20.000	146	(125)	20.021	-
Contrato de empréstimo -- Juros: 125,5% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – NCE Vencimento: abril/2017	8.333	76	-	8.409	-
Contrato de empréstimo -- Juros: 109,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – NCE Vencimento: junho/2016	-	-	-	-	25.263
Contrato de empréstimo -- Juros: 111,5% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – NC Vencimento: março/2016	-	-	-	-	25.073
(referência à nota explicativa nº 12)				391.009	380.189
Contrato de empréstimo -- Juros: 129,9% do CDI Contraparte: Banco Santander S.A. Vencimento: maio/2018	30.000	601	(58)	30.543	30.408
Contrato de empréstimo -- Juros: 123,5% do CDI Contraparte: Banco Santander S.A. Vencimento: outubro/2016	-	-	-	-	2.565
Contrato de empréstimo -- Juros: 129,9% do CDI Contraparte: Banco Santander S.A. Vencimento: maio/2018	20.000	469	(124)	20.345	-
Contrato de empréstimo -- Juros: 120,0% do CDI Contraparte: Banco Santander S.A. Vencimento: maio/2016	-	-	-	-	21.800
(referência à nota explicativa nº 12)				50.888	54.773
Contrato de empréstimo e swap -- Juros: 129,0% do CDI Contraparte: Banco Itaú BBA S.A. Vencimento: fevereiro/2017	98.292	5.945	-	104.237	-
Contrato de empréstimo e swap -- Juros: 121,0% do CDI Contraparte: Banco Itaú BBA S.A. Vencimento: agosto/2016	-	-	-	-	70.497

Descrição	2016			2015	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo e swap -- Juros: 117,8% do CDI Contraparte: Banco Itaú BBA S.A. Vencimento: fevereiro/2016	-	-	-	-	34.844
(referência à nota explicativa nº 12)				104.237	105.341
Contrato de empréstimo -- Juros: 89,0% do CDI Contraparte: Banco Santander S.A. – PPE Vencimento: maio/2019	102.043	1.119	(422)	102.740	-
(referência à nota explicativa nº 12)				102.740	-
Contrato de empréstimo -- Juros: 136,7% do CDI Contraparte: Banco BBM S.A. – CCB Vencimento: dezembro/2018	20.000	153	-	20.153	-
(referência à nota explicativa nº 12)				20.153	-
Debênture-- Juros: 110,0% do CDI Contraparte: Gaia Agro Sec. S.A. Vencimento: junho/2017	135.000	1.138	(1.145)	134.993	268.332
	797.274	13.978	(7.232)	804.020	808.635
	=====	=====	=====	=====	=====

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos acima, considerando os fluxos de pagamentos do principal e juros em 31 de dezembro de 2016, é como segue:

Vencimento	Risco	Saldo médio	Cenários		
			Provável	II	III
2017	Alta do CDI	771.632	93.204	97.159	117.153
2018	Alta do CDI	405.558	61.880	62.075	74.805
2019	Alta do CDI	317.854	48.129	51.843	62.474
2020	Alta do CDI	185.985	28.956	32.238	38.869
2021	Alta do CDI	81.227	10.707	12.202	14.716
			=====	=====	=====

Os valores demonstrados nos cenários acima, referem-se à projeção da despesa de juros em seus respectivos anos e cenários, considerando-se os saldos médios dos empréstimos em cada ano.

O cenário “Provável” representa o resultado da evolução da taxa de juros dos Certificados de Depósitos Bancários provável, considerando-se os vencimentos do principal e do juros. Para os cenários II e III, foi considerada uma majoração das taxas futuras do CDI em 25% e 50% respectivamente.

As taxas de juros futuras do CDI foram obtidas na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

d.6 - Risco de crédito--A Companhia está sujeita ao risco de crédito com respeito ao caixa e equivalentes de caixa, aos títulos e valores mobiliários e aos instrumentos derivativos. Esse risco é mitigado pela política de efetuar transações financeiras somente em instituições financeiras de grande porte.

O risco de crédito em duplicatas a receber é reduzido devido à seletividade dos clientes e a política de concessão de créditos. A Companhia possui um sistema de gestão de crédito baseado na combinação das informações oriundas de diversos departamentos da empresa, principalmente as áreas comercial, financeira, contábil, jurídica e fontes externas que abastecem o departamento de crédito e cobrança visando à estipulação de limites de crédito para os seus clientes que são aprovados por órgão colegiado.

d.7 - Gestão de liquidez--Os passivos financeiros da Companhia, de acordo com os vencimentos dos seus fluxos de caixa, com base na data mais próxima de sua liquidação, e utilizando as taxas de juros nominais contratadas, podem ser resumidos como segue:

Obrigações contratuais	Total	Prazo de liquidação previsto			
		Menos de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	1.144.671	457.679	292.162	394.809	21
Debênture	142.343	142.343	-	-	-
Fornecedores	144.040	144.040	-	-	-
	-----	-----	-----	-----	-----
	1.431.054	744.062	292.162	394.809	21
	=====	=====	=====	=====	=====

d.8 - Gestão de capital--A Companhia administra sua estrutura de capital para assegurar a continuidade de suas atividades operacionais e ao mesmo tempo maximizar o retorno aos seus acionistas. A estratégia da Companhia permaneceu inalterada no período coberto por estas demonstrações financeiras.

A dívida líquida da Companhia pode ser assim composta:

	Consolidado	
	2016	2015
Empréstimos e financiamentos	964.281	689.722
Debênture	134.993	268.332
Caixa e equivalentes de caixa	(160.360)	(149.925)
Títulos e valores mobiliários	(80.265)	(2.000)
Instrumentos financeiros, líquidos	-	(19.882)
	-----	-----
Total da dívida líquida	858.649	786.247
	-----	-----
Total do patrimônio líquido	1.027.804	1.078.968
	-----	-----
Total da dívida líquida e patrimônio líquido	1.886.453	1.865.215
	=====	=====

24. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais, com o objetivo de alocar recursos para um segmento individual e avaliar seu desempenho. As decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos, bem como a avaliação de desempenho dos investimentos e dos principais executivos da Companhia são feitas em base consolidada. A Companhia e suas controladas possuem dois segmentos operacionais distintos: “Atacado” e “Varejo”. O segmento de Atacado se subdivide em dois subsegmentos: América do Sul, que inclui as operações no Brasil e Argentina e América do Norte, que inclui as operações nos Estados Unidos da América e Canadá.

A Companhia possui diversas fábricas que se suprem entre si de forma que, em seu conjunto, formam uma indústria integrada de fiação, tecelagem, acabamento e confecção de produtos têxteis para o lar. Não há na Companhia a segmentação operacional entre as categorias de vendas, sendo os relatórios suportes à tomada de decisões estratégicas e operacionais sempre consolidados. Não há unidades operacionais específicas para cada categoria de produtos vendidos e portanto essas operações estão sob a denominação de segmento de “Atacado”, pois seus produtos são vendidos para clientes que não são os consumidores finais.

A controlada AMMO, possui um conjunto de informações isoladas e decisões de investimentos, preços, expansão de lojas, entre outros, que são tomadas à parte e se constituem no segmento “Varejo”, pois suas vendas são realizadas aos consumidores finais dos produtos.

As informações financeiras separadas pelos segmentos de negócios acima explicados são como seguem (em milhões de reais):

	2016					
	América do Sul			América do Norte	Outros não alocáveis	
	Atacado	Varejo	Total	Atacado		Total
Vendas líquidas	1.156,3	252,1	1.408,4	965,2	(62,3)	2.311,3
Custo dos produtos vendidos	(830,2)	(121,5)	(951,7)	(802,9)	62,3	(1.692,3)
Lucro bruto	326,1	130,6	456,7	162,3	-	619,0
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(201,0)	(141,7)	(342,7)	(79,8)	(3,6)	(426,1)
Outros	(8,5)	0,1	(8,4)	3,5	-	(4,9)
Provisão para desvalorização de ativos	116,6	(11,0)	105,6	86,0	(3,6)	188,0
	-	(19,1)	(19,1)	-	-	(19,1)
Resultado operacional	116,6	(30,1)	86,5	86,0	(3,6)	168,9
Resultado financeiro	-	-	-	-	(233,5)	(233,5)
Resultado antes dos impostos	116,6	(30,1)	86,5	86,0	(237,1)	(64,6)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
Depreciação e amortização	65,1	9,6	74,7	3,0	-	77,7
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

	2015					
	América do Sul			América do Norte	Outros não alocáveis	Total
	Atacado	Varejo	Total	Atacado		
Vendas líquidas	1.152,9	265,4	1.418,3	923,8	(75,0)	2.267,1
Custo dos produtos vendidos	(803,7)	(144,1)	(947,8)	(784,3)	75,0	(1.657,1)
Lucro bruto	349,2	121,3	470,5	139,5	-	610,0
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(208,4)	(149,1)	(357,5)	(82,4)	(3,6)	(443,5)
Outros	7,7	(6,2)	1,5	(13,6)	-	(12,1)
Resultado operacional	148,5	(34,0)	114,5	43,5	(3,6)	154,4
Resultado financeiro	-	-	-	-	(118,8)	(118,8)
Resultado antes dos impostos	148,5	(34,0)	114,5	43,5	(122,4)	35,6
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
Depreciação e amortização	63,3	11,2	74,5	4,2	-	78,7
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

A Companhia em suas análises sobre o desempenho de vendas, classifica seus produtos de acordo com as categorias de venda (ou linhas de produtos) como: cama, mesa e banho, utility bedding, produtos intermediários e varejo.

As informações de venda por categoria ou linha de produtos são como segue:

	Consolidado	
	2016	2015
Vendas líquidas (em milhões de Reais):		
Cama, mesa e banho	1.023,6	1.083,6
Utility bedding	775,5	718,0
Produtos intermediários	260,1	200,1
Varejo	252,1	265,4
	2.311,3	2.267,1
	=====	=====
Volumes (toneladas mil):		
Cama, mesa e banho	32,8	35,5
Utility bedding	46,3	42,5
Produtos intermediários	28,0	24,8
	107,1	102,8
	=====	=====

A Companhia possui mais de 10.000 clientes ativos em 31 de dezembro de 2016 e apenas um cliente concentra vendas de aproximadamente 10% das vendas líquidas.

25. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresenta a demonstração do resultado consolidado por função. A seguir apresenta as despesas por natureza e sua classificação por função.

Por natureza:

	Consolidado	
	2016	2015
Custos das matérias primas, mercadorias e serviços adquiridos de terceiros	(1.354.736)	(1.548.902)
Benefícios a empregados	(456.781)	(443.830)
INSS	(40.680)	(37.656)
Depreciação e amortização	(77.661)	(78.687)
Variação dos estoques de produtos acabados e em elaboração	(51.328)	83.968
Variação cambial nos estoques de controlada no exterior	(29.230)	41.152
Outros	(107.935)	(116.697)
	-----	-----
Total por natureza	(2.118.351)	(2.100.652)
	=====	=====

Por função:

	Consolidado	
	2016	2015
Custo dos produtos vendidos	(1.692.301)	(1.657.135)
Vendas	(280.664)	(294.795)
Gerais e administrativas	(135.882)	(139.202)
Honorários da administração	(9.504)	(9.520)
	-----	-----
Total por função	(2.118.351)	(2.100.652)
	=====	=====

26. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Segue, abaixo, a conciliação entre a receita bruta e a receita operacional líquida apresentada na demonstração de resultado:

	Consolidado	
	2016	2015
RECEITA OPERACIONAL:		
Vendas brutas	2.817.911	2.707.309
Deduções das vendas	(506.640)	(440.214)
	-----	-----
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.311.271	2.267.095
	=====	=====

27. PROVISÃO PARA DESVALORIZAÇÃO DE ATIVOS

A controlada AMMO, empresa responsável pelas operações de varejo com as bandeiras Artex e MMartan, em seu projeto de expansão nos anos de 2011 e 2012 adquiriu inúmeros pontos comerciais, basicamente situados em Shopping Centers, cujos valores foram registrados e classificados como intangíveis com vida útil indefinida (vide nota explicativa nº 11) e, como determina as regras contábeis, foram avaliados, anualmente, pelo seu valor recuperável. Com a deterioração da economia, muitas lojas (pontos comerciais) ficaram disponíveis, fazendo com que os valores de mercado desses pontos reduzissem de forma significativa. A Companhia, diante de tal cenário, avaliou os pontos comerciais através de empresa especializada e constituiu provisão para desvalorização de tais ativos para reconhecer potencial perda em sua realização.

Adicionalmente, por conta de renovação do visual merchandising das lojas e realocação de alguns pontos comerciais físicos, reconheceu também provisão para provável perda em seu imobilizado.

Os valores provisionados foram os seguintes:

	Valor de custo	Valor de avaliação ou recuperação	Provisão para desvalorização
IMOBILIZADO:			
Benfeitorias	8.184	3.311	(4.873)
Instalações	1.290	885	(405)
Máquinas e equipamentos	183	154	(29)
Móveis e utensílios	7.197	4.929	(2.268)
Computadores e periféricos	233	175	(58)
	-----	-----	-----
	17.087	9.454	(7.633)
INTANGÍVEL:	35.643	24.136	(11.507)
	-----	-----	-----
Total	52.730	33.590	(19.140)
	=====	=====	=====

Algumas lojas incluídas na provisão para desvalorização de ativos são lojas denominadas “flag ship stores” e a administração da Companhia não tem intenção na venda ou na conversão dessas lojas em franquias.

28. LUCRO (PREJUÍZO) BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

O lucro (prejuízo) básico por ação foi calculado como segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(7.482)	22.464
Número médio ponderado das ações ordinárias:	50.000.000	50.000.000
LUCRO (PREJUÍZO) BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO (R\$):	(0,1496) =====	0,4493 =====

A Companhia não possui ações com potencial efeito dilutivo. Portanto, o lucro (prejuízo) básico por ação é igual ao lucro (prejuízo) diluído por ação.

* * * * *